FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PRESIDENTE Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Cleusa Turra, Hélio Schwartsman, Heloísa Helvécia, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez *(comercial)*, Marcelo Machado Gonçalves *(financeiro)* e Eduardo Alcaro *(planejamento e novos negócios)*

Laerte

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Para europeu ver

Bolsonaro aviva com grosseria o entrevero com Macron, enquanto paliativos para o desmate surgem dos dois lados; falta política consistente

O governo de Jair Bolsonaro (PSL) colhe o que plantou, no terreno da Amazônia, desde sua grosseria inicial a um dignitário francês —poucas semanas atrás, o presidente desmarcou em cima da hora uma reunião com o chanceler da França e foi cortar o cabelo, o que fez questão de divulgar.

O desmate já se alastrava, então, pela floresta amazônica, mais valorizada por europeus que por certos brasileiros. E com razão se incomodam os estrangeiros, porque o carbono nela estocado, ao chegar à atmosfera por queima ou apodrecimento da mata derrubada, agrava o aquecimento global.

Bolsonaro milita nas fileiras obscurantistas que negam ou desdenham a mudança climática. Agastado com estatísticas de devastação apuradas por satélite pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), acusou especialistas de mentir e exonerou seu diretor.

O presidente e seu cúmplice no Ministério de Meio Ambiente, Ricardo Salles, já haviam posto sob suspeita e ameaça o relevante Fundo Amazônia, formado com doações da Noruega e da Alemanha. Bastou somarem-se a essas provocações algumas imagens fortes de queimadas para o circo pegar fogo.

Emmanuel Macron, o presidente francês, aproveitou a oportunidade de perfilar-se na cúpula do G-7 como líder esclarecido. Felizmente, havia na sala de reunião políticos mais moderados, como a chanceler alemã Angela Merkel, para pôr panos quentes na proposta de rever o acordo UE-Mercosul.

Nos salões da diplomacia, o presidente brasileiro se comporta como um valentão de redes sociais. Parece acreditar que tudo se resolve com impulsividade.

No poder, demonstra que não aprende nem com a experiência: reincidiu na grosseria atingindo novo patamar de baixeza, ao zombar da esposa de Macron.

Ao menos Bolsonaro ensaia um recuo e mobiliza o Exército para combater incêndios cuja existência faz pouco punha em questão. Antes tarde do que nunca.

Cabe lembrar, porém, que o governo federal vinha ignorando apelos do Ibama e do ICMBio por reforços para impedir algo como o "dia do fogo" convocado por ruralistas na área conflagrada de Novo Progresso (PA). E, ainda, que Salles muito tem feito para desacreditar, desaparelhar e incriminar esses dois institutos de sua pasta.

Não fica tanto atrás, em matéria de hipocrisia para as câmeras, a oferta primeiro-mundista de aviões para apagar queimadas. Não faltam homens e aeronaves; falta uma política consistente de combate ao desmatamento, que se concentra em apenas 0,5% das propriedades rurais e raramente se faz com o devido licenciamento.

Faltam, enfim, consistência, veracidade e consequência no Planalto. Com Bolsonaro, viraram fumaça.

Unidos pela educação

Quando o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou a retirada do governo de seu país do Acordo de Paris, não tardou para que empresas, empreendedores, organizações sociais e governadores americanos reafirmassem seus compromissos com as metas do tratado climático fechado em 2015.

Fenômeno análogo, guardadas as proporções, pode ser observado no Brasil no campo educacional. Em paralelo ao gerenciamento desastroso da administração federal nesse setor, prosperam articulações, trocas de experiências e implementação de programas envolvendo estados, municípios e entidades não governamentais.

À margem da politização e da polarização ideológica improdutiva que se instalou no MEC, agentes públicos e privados comprometidos com o progresso do ensino estão atuando em rede de modo pragmático e objetivo.

Como comentou Priscila Cruz, presidente da organização Todos pela Educação, em reportagem desta **Folha**, os responsáveis pela oferta educacional "perceberam rapidamente uma perda de protagonismo do governo federal".

O intercâmbio flui em encontros presenciais no Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e grupos de troca de mensagens na internet. Tem propiciado aperfeiçoamentos pontuais e a adoção de projetos bem-sucedidos em diferentes estados.

É o caso do Ceará, que apesar de restrições de renda se destaca em alfabetização. Um dos motivos do êxito é a parceria com os municípios, os principais encarregados dos primeiros anos de escolarização.

Além de medidas que incluem formação de professores e material didático estruturado, o governo cearense acionou um incentivo financeiro: as cidades com resultados melhores recebem fatia maior do ICMS, com liberdade para destinação dos recursos.

O modelo já foi adotado em Pernambuco e está sendo implantado ou avaliado por Alagoas, Amapá, Espírito Santo e São Paulo.

Replicam-se igualmente as boas iniciativas do ensino médio em Pernambuco, baseado em tempo integral, que permite ao estudante escolher disciplinas optativas, projeto acolhido em São Paulo. Os paulistas, por sua vez, exportam os clubes juvenis, que reúnem estudantes em torno de atividades culturais e esportivas.

Auspiciosa, essa rede multilateral e multipartidária pela educação é exemplo de como a sociedade pode se mobilizar em torno de propostas palpáveis, deixando de lado a guerra ideológica que só interessa a grupelhos radicalizados.

O que é o salário?

Hélio Schwartsman

SÃO PAULO Framings (enquadramentos) são tudo —e podem valer bilhões de dólares. O(s) ataque(s) às Torres Gêmeas no dia 11 de setembro de 2001 foi (foram) um ou dois eventos? Se foi um, as seguradoras teriam de pagar US$ 3,55 bilhões aos donos dos prédios. Se foram dois, então o valor devido passaria a US$ 7,1 bilhões. A disputa, que terminou num acordo de US$ 4,55 bilhões, ilustra bem o poder dos framings: o modo como escolhemos definir o problema determina a resposta.

O STF deparou com uma questão semelhante na semana passada, no julgamento do dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que permite reduzir a jornada de trabalho e o pagamento feito a servidores públicos em momentos de ajuste de gastos com pessoal. O juízo ainda não foi concluído, mas já há maioria para sustentar o entendimento de que, como os salários são constitucionalmente irredutíveis, o mecanismo tem de ser invalidado.

O que, afinal, é o salário? O montante de dinheiro que o trabalhador leva para casa no fim do mês ou o valor recebido por unidade de tempo em que ele fica à disposição do empregador? Na primeira hipótese, o dispositivo de fato fere o princípio da irredutibilidade do salário; na segunda, temos apenas uma redução da jornada, o que não é vetado pela Carta.

Os entusiastas da provável decisão do STF irão descrevê-la como uma vitória das proteções trabalhistas contra o neoliberalismo. Pode ser, mas a própria noção de proteção comporta diferentes framings.

Não há dúvida de que, no curto prazo, servidores tiveram seus rendimentos preservados. Mas, se a crise dos estados se agravar, não ter reduzido a jornada enquanto ainda era tempo pode desencadear uma situação ainda pior, em que parte dos servidores acabe exonerada, conforme previsão da própria Constituição (art. 169) no caso de descumprimento dos limites de gasto com pessoal.

Cuidado com os framings que você escolhe.

helio@uol.com.br

O mundo de Bolsonaro

Ranier Bragon

BRASÍLIA Conforme já constataram inúmeros analistas, foram pelos ares há algum tempo as esperanças de que o cargo de presidente da sexta nação mais populosa do mundo emprestasse razoabilidade ao deputado que, nos 28 anos anteriores, agira como um doidivanas inimputável.

A lambança promovida na área ambiental, que só agora ganha o caráter de crise devido à reação internacional, é apenas mais um exemplo de que se alguma coisa o cargo fez a Bolsonaro foi explicitar a sua miudeza de espírito e de propósitos.

No particular embate com Emmanuel Macron, uma das mais recentes cartadas do estadista do golden shower foi pegar carona em um gracejo do tiozismo barrigudo de internet, para quem o valor da mulher se mede por beleza, idade e submissão.

O francês pode ter interesses ocultos e, sim, escorregou ao replicar uma foto de queimada antiga como se fosse atual e ao falar no oxigênio produzido pela floresta, mas isso soa como música clássica se comparado ao caminhão de besteiras ditas por Bolsonaro sobre o meio ambiente.

Uma coisa é errar a foto. Outra bem diferente é sucatear o órgão de fiscalização ambiental, tagarelar sobre "farra das multas", desacreditar sem qualquer amparo trabalhos científicos sobre o desmatamento e tratar o assunto como chatice que só interessa a veganos. Bolsonaro jamais moveria um fio de seu cabelo boi-lambeu —nem seu dito ministro do Meio Ambiente— caso não houvesse reação internacional.

Em cadeia de rádio e TV, o presidente prestou-se à comédia na sexta ao falar em tolerância zero do governo com o desmatamento. No primeiro dia útil após essa anúncio, gastou a maior parte do tempo de sua fala a repórteres na saída do Palácio da Alvorada, nesta segunda (26), filosofando sobre a remuneração recebida por um colunista do jornal O Globo por palestras à Fecomércio.

Esse é o centro das grandes preocupações do presidente que, o mundo já percebe, dá sinais diários e inequívocos de que não está nem se pretende à altura do cargo que ocupa.

Bolsonaro, 'le menteur'

Alvaro Costa e Silva

RIO DE JANEIRO A Guerra da Lagosta foi espetacular. Nela, não se disparou um tiro de canhão, nenhuma bomba explodiu, nem se registrou fogo amigo. Em compensação, cunhou uma frase histórica. A qual até hoje irrita os patriotas e alimenta os descontentes: "Le Brésil n'est pas un pays sérieux" —o Brasil não é um país sério—, boutade atribuída ao general De Gaulle.

Em 1962, deu-se um incidente diplomático provocado pela presença de barcos franceses em águas brasileiras. Na época, não havia o mar de 200 milhas —donde, em tese, as lagostas poderiam ser pescadas. Um almirante daqui afirmou que crustáceo não era peixe, ao que a imprensa de lá respondeu com a pergunta: lagosta nada ou anda? Só se andasse é que ela estaria em território proibido.

O presidente João Goulart preparou uma esquadra para expulsar os invasores. Kid Morengueira foi mais rápido no gatilho e fez um samba de breque para encerrar a questão: "A Lagosta é Nossa", que incluiria no LP "O Último dos Mohicanos", de 1963.

Diz a letra: "Fique sabendo/ Conosco não tem bandeira/ Vai zarpando de carreira/ Se não quer virar peneira/ No meu quadrado/ Neca de levar pescado/ Pra seu ragu/ Dou-lhe um filhote de urubu/ Meu litoral não é casa de Mãe Joana/ Você não gosta de lagosta à la Suzana/ Lhe ofereço uma maré de baiacu/ Dou-lhe de quebra/ Filhote de surucucu".

País sério por país sério, tudo acabou em samba —e não ao som de "La Marseillaise". Nem a famosa frase seria de De Gaulle. Foi coisa de brasileiro mesmo: o diplomata Carlos Alves de Souza. É o que ele revelou na sua autobiografia, "Um Embaixador em Tempos de Crise".

Diante de mais um atrito diplomático —envolvendo até deboches com a primeira-dama francesa— qual cantor sertanejo irá responder ao presidente Emmanuel Macron, que chamou Bolsonaro de mentiroso com todas as letras e fazendo biquinho?

Sem ponto de inflexão

Pablo Ortellado

Professor do curso de gestão de políticas públicas da USP, é doutor em filosofia. Escreve às terças

Para saber como reagir às recentes investidas de Bolsonaro contra as universidades, a Ancine, a Polícia Federal, o Inpe, o Ministério Público e o Coaf, convém ver o que ensina a experiência internacional.

Se analisarmos a evolução dos regimes de Viktor Orbán, na Hungria, de Recep Erdogan, na Turquia, ou de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, na Venezuela, não iremos encontrar um ponto de inflexão, um corte institucional como foi 31 de março de 1964 (golpe militar) ou 13 de dezembro de 1968 (decreto do AI-5).

Esses e outros regimes que vêm sendo chamados pelo jornalismo e pela ciência política de "iliberais" têm mobilizado um repertório comum, empregado paulatinamente.

Nele, vemos restrições à imprensa, com mudanças ad hoc em regras de concessão de licenças de radiodifusão, regulação da importação de papel e perseguição a veículos e jornalistas. Vemos também a subordinação de cortes constitucionais e eleitorais com o alargamento da composição dos tribunais e cassação ou antecipação da aposentadoria de juízes.

Vemos ainda o redesenho de distritos para assegurar triunfos eleitorais ou mudanças constitucionais oportunistas para ampliar prerrogativas do Poder Executivo. São também frequentes mudanças no financiamento e na designação da direção das universidades e um maior controle do Exército e das forças policiais.

Nada disso acontece de uma vez. As medidas vão se sucedendo no decorrer dos anos, uma após a outra, às vezes aceleradas por ameaças como o golpe de que Chávez foi vítima em 2002 ou a tentativa de golpe de que Erdogan foi vítima em 2016.

Nessas disputas sucessivas, instituições que atuam como contraponto e deveriam ser independentes terminam derrotadas e completamente submetidas ao Poder Executivo. Não há um momento em que se possa dizer com clareza que o regime saiu dos parâmetros democráticos. O critério democrático mais discernível, a realização de eleições periódicas, permanece lá, mas na forma de um ritual impotente.

Como tudo leva a crer que estamos seguindo a trilha iliberal, é bom estarmos cientes de que não vai haver um ponto de inflexão, aquele momento em que nos entreolharemos e gritaremos em coro "¡Ya basta!".

Se nos convencermos com o desenrolar dos acontecimentos de que esse é o diagnóstico, será preciso encaminhar o tratamento.

Na Ilustríssima da semana passada, Rafael Mafei mostrou o caminho das pedras. Afinal de contas, num processo que é gradual e paulatino, não dá ao certo para dizer se é muito cedo ou tarde demais para falar em impeachment.

po.ortellado@gmail.com

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Violência e solidariedade: paradoxos

Ao carimbar pessoas, perde-se a percepção humana

Paulo Renato Bentivegna
Psiquiatra, membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e da International Psychoanalytical Association

Violência vem do latim "violentia", que significa veemência, impetuosidade, e do italiano "violare", violação. A violência está intrinsecamente ligada à cultura —cultura essa que está a serviço da vida humana, e o paradoxo é que ela promove as condições tanto da vida quanto da violência. A violência não pode ser radicalmente eliminada da cultura.

De maneira simples, uma pessoa pode ser caracterizada por uma tríade: 1 - um modo particular de pensar; 2 - um modo particular de desejar; 3 - um modo particular de sentir, que inclui o gostar.

Respeito vem do latim "res spectare". "Res", a coisa, o fato, e "spectare", ver —ou seja, "ver o fato", que é a tríade que caracteriza uma pessoa, e aceitar que o outro seja o que ele é, com as concordâncias e as diferenças do pensar, do desejar, do sentir e do gostar. Dessa tríade surge uma ação.

O pensar é muito complexo e pode estar tomado por uma posição ideológica, que é uma disposição permanente do espírito humano e que não se define unicamente pelo seu conteúdo, mas também por uma posição mental específica e recorrente.

A posição ideológica apresenta três componentes: 1 - uma ideia onipotente que ocupa o lugar do princípio da realidade; 2 - um ideal; 3 - a existência de um ídolo, quase uma divindade. Há uma fidelidade imperativa a esses três componentes. A posição ideológica é um dispositivo antipensamento. A ideologia se edifica contra a dúvida.

Penso que um dos grandes problemas da humanidade se chama carimbo. Carimba-se as pessoas, e assim se perde a percepção do ser humano que aí está. E o carimbo traz penumbras não muito saudáveis. Quando um grupo de torcedores de um time de futebol A carimba o grupo de torcedores do time B com adjetivos depreciativos, prevalecendo uma ideologia grupal, onde ocorrem alianças inconscientes baseadas na inveja, na negação, no não pensar, pode surgir o ódio, a agressividade —até com uma ação assassina, como fazer emboscadas no metrô.

Não se vê mais o ser humano. O grupo age para não pensar nas angústias inerentes às diferenças. Algo semelhante ocorre no incentivo às guerras, onde um povo é visto como perigoso, ameaçador e que precisa ser destruído, algo comum em tantos momentos da história humana.

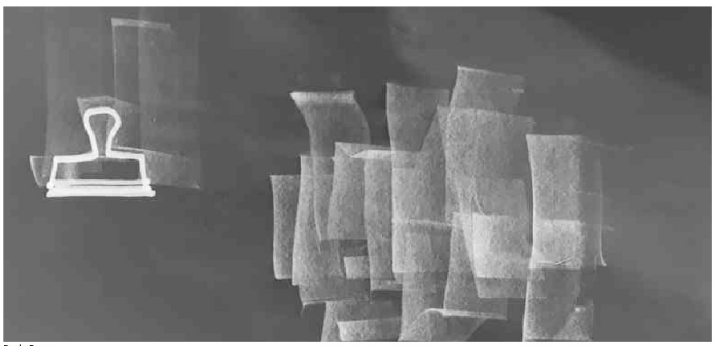
E o que não dizer da horrível limpeza étnica? É claro que se pode falar de uma pessoa por sua nacionalidade, cor, partido político, time de futebol, ideias em diferentes campos e religião, mas sem a intensidade do carimbo que nos faz perder a percepção do ser humano total e complexo que é o outro.

Posso, por exemplo, dizer: "Aquela pessoa, que eu conheço, é adepto da religião muçulmana". Ou: "Esse cara é um muçulmano", onde as palavras e o tom emocional denotam profundezas sombrias!

É preciso cuidado para se falar de três assuntos: política, futebol e religião, que, via de regra, mobilizam a posição ideológica fanática e onipotente. Do ponto de vista técnico, também é preciso paciência para desfazer essas idealizações, principalmente na relação transferencial, para que o analisando possa, pouco a pouco, ter mais suportabilidade do sofrimento psíquico, sem que o "self" se desestruture —ver a realidade de que ninguém é perfeito, nem ele nem o psicanalista.

Falemos agora sobre solidariedade, um sentimento de identificação com o sofrimento dos outros. É reconhecer a situação delicada de uma pessoa ou de um grupo social e o ato de ajudar essas pessoas desamparadas. Creio que há pessoas realmente com uma grande capacidade de amar, que são generosas e que se manifestam com solidariedade para com os outros.

Mas, também por trás da solidariedade, esconde-se a projeção das partes necessitadas nos outros e os pequenos desejos narcísicos de aplausos, de reconhecimento, que são desejos humanos em todos nós —e que de maneira alguma são impeditivos da solidariedade.



Paulo Branco

A face positiva da polarização política

É um avanço no tecido democrático, não a sua ruína

Nelson Ferreira Marques Júnior
Doutor em história política do Brasil pela UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Em quase todos os veículos de comunicação temos observado críticas contumazes à polarização política e aos danos que ela tem causado à política institucional e à relação entre os três Poderes, profanando inclusive as esferas mais íntimas, como a relação familiar. Mal sabem que, inevitavelmente, este é o caminho a percorrer para construirmos uma sólida democracia, pautada nos ideais da igualdade e liberdade política —por mais instáveis que possam ser.

O problema não é a polarização entre direita e esquerda, mas a forma e a maneira que se apropriaram das incompatibilidades na prática. Jamais confundamos divergências políticas com ataque às minorias, defesa do estado de exceção, repressão às manifestações políticas, postulados de censura prévia aos meios de comunicação, discurso de ódio que atente à vida e irresponsabilidades com o meio ambiente. Não, caro leitor, isso tudo que escrevi é crime; logo, não cabe ser discutido nesses termos.

O esforço retórico para a aniquilação da polarização está apoiado em um ou em múltiplos desejos: obscurantismo político, ingenuidade, manutenção de privilégios ou um projeto de poder unilateral. A construção do conhecimento parte de ideias e projetos opostos que, por meio da dialética, leva a outras ideias e projetos. Gerar consensos sem as polarizações é aceitar sempre o status quo. Política, por natureza, é negociação, conflito e interesses distintos. Acostumemo-nos.

O problema central da democracia não são as polarizações ou multipolarizações, como nos tentam convencer, mas como se governa e como se utiliza o poder por meio das diferentes tonalidades políticas.

Um governo, mesmo sendo eleito democraticamente, pode ser altamente truculento e antidemocrático, carreando a polarização não de ideias, projetos e propostas, mas a estandardização da violência como prática —ou seja, cevar com selvageria, bestialidade e crueldade o pensamento. O problema do Brasil não é a polarização política, mas como tem sido exercido o poder. Afinal, o exercício do poder, seja ele governamental ou não, requer sustentação em pilares democráticos e apreço pela humanidade. Hoje, quem, em parte, usufrui desse poder temporário está abastecendo a polarização com ódio e não com ideias.

A saída está no contraponto, na incongruência, no contraste. Sei que as discussões polarizadas geram desconforto e muitas vezes desalento por conta das barbaridades propaladas por aqueles que nos representam ou deveriam.

Devemos ter serenidade para entender que os polos devem existir, mas não podemos nos contentar com migalhas. Tudo o que o atual Congresso Nacional ambiciona é apagar as chamas constantes do Executivo e obter o consenso político em suas pautas, com menos ruídos e discussões.

Por fim, como diz o ditado popular: "para matar as pragas não precisamos destruir a lavoura" —ainda que o governo seja pouco afável ao meio ambiente.

Portanto, devemos proteger a polarização política como uma face positiva para o desenvolvimento de uma cidadania participativa, sem deixá-la ser contaminada pelo ódio e pelos discursos generalistas nutridos apenas pelo senso comum. A convivência multipolar dentro dos parâmetros democráticos deve ser seiva de ideias propositivas e nos servir de aprendizado mesmo em tempos sensíveis e de nervos expostos.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Fogo e agricultura

Sempre pontual e preciso, Mauro Zafalon destacou muito bem que o agronegócio é a primeira vítima das queimadas ("O agro é sempre a primeira vítima dos disparates de Bolsonaro", Mercado, 24/8). O agronegócio não pode "pagar o pato" das queimadas. Expor o segmento do agronegócio neste caso é comprometer a credibilidade do Brasil e atrapalhar nossas exportações. A ministra Tereza Cristina está agindo para mudar o discurso que atinge o conjunto do setor que trabalha de forma séria e à luz da legislação.
Jorge Görgen (São Paulo, SP)

*

O governo brasileiro disse que "na França estão os maiores competidores do nosso agronegócio" ("Governo Bolsonaro vê em apoio de Trump e resistência de Merkel resultado positivo do G7", Mundo, 26/8). Como assim? A França? Daquele tamanhinho? Quais são os países que mais vendem soja, milho, café, carnes e suco no mercado internacional?
Fátima Wanderley (São Paulo, SP)

*

O Brasil e os brasileiros defenderão a Amazônia! Com estilingue e palavrões... ("Macron diz que discutir estatuto internacional da Amazônia é 'questão que se impõe'", Mundo, 26/8). E com isso será iniciada a guerra das bananas. Será divertido.
Roque Alves (São Paulo,SP)

*

Querem preservar a Amazônia? Que nos paguem, então. Mas nada de um "fundinho" merreca. É muito fácil fazer ativismo ambiental dentro de escritórios refrigerados no verão e aquecidos no inverno à custa da queima de combustíveis fósseis.
Iago M. Zulu (São Paulo,SP)

Governo Bolsonaro

Este quadro é a imagem de um Brasil que sofre de uma patologia moral grave e da falta absoluta de senso crítico ("Reprovação ao governo Bolsonaro cresce e chega a 39,5%, aponta pesquisa", Poder, 26/8). O índice de 29% de aprovação num governo que só tem demonstrado despreparo, desequilíbrio, destruição e um profundo desrespeito aos valores minimamente republicanos é, no mínimo, alarmante. Onde está nossa vergonha? Onde ficou nossa capacidade de pensar?
Leticia Ferreira (Pelotas, RS)

Viaduto

Em relação ao texto "Governo Alckmin construiu viaduto sem utilidade pública" (Poder, 26/8), tenho esta sugestão simples e rápida: que a Serveng devolva, com juros, multa e um pouco de decência, os R$ 3 milhões que foram gastos para construir o viaduto.
Ana Claudia Galvão Galrao
(São João del Rei, MG)

Sociabilidade

Impressionante a capacidade de Luiz Felipe Pondé de analisar e produzir críticas expressando verdades que o leitor sente, mas que não consegue traduzir como ele o faz ("A sociabilidade na universidade", Ilustrada, 26/8). A presença de Pondé entre os articulistas desse jornal é o que torna a **Folha** o melhor diário do país.
Boanerges Prado Vianna (Cananeia, SP)

*

Genial o artigo de Luiz Felipe Pondé no caderno Ilustrada desta segunda-feira. Mostra a ditadura do pensamento, a exclusão e a escravidão.
Sarita Mucinic Sarue (São Paulo, SP)

Rodrigo Maia

Está bem claro que Moro mais uma vez usou a sua polícia política para intimidar e ameaçar quem fica no caminho dele ("PF finaliza inquérito e atribui a Maia corrupção, lavagem de dinheiro e 'caixa três'", Poder, 26/8). Bem feito para o Rodrigo Maia. Tomou, papudo.
Indi Almeida (Rio de Janeiro,RJ)

*

Conforme jurisprudência firma da por um juiz federal de Curitiba, é só pedir perdão e está tudo bem.
Julio Shiogi Honjo (Arapongas, PR)

Dallagnol

Foi noticiado que um juiz de primeira instância, Nivaldo Brunoni, da Justiça Federal do Paraná, determinou que o CNMP retire da pauta de julgamentos o procedimento administrativo contra o procurador Deltan Dallagnol ("Juiz que atuou na Lava Jato manda CNMP tirar de pauta processo que poderia punir Dallagnol", Painel, 26/8). Ou seja, um juiz de piso avoca para si poderes que não tem, pretendendo dar ordens ao presidente do STF, a ministros de tribunais superiores e a desembargadores federais. O abuso de poder foi definitivamente implantado no Brasil?
Milton Córdova Júnior
(Vicente Pires, DF)

Educação

O editorial "Mais horas na escola", (Opinião, 26/8) é bom na teoria, mas não na prática. Cada vez mais cedo jovens brasileiros têm que conciliar estudo e trabalho para ajudar no sustento da família. Isso quando não abrem mão do primeiro para se dedicar ao segundo. O correto seria estudar meio período e, no outro período, fazer um estágio profissionalizante remunerado. Salvo raras exceções, só famílias bem estruturadas financeiramente podem se dar ao luxo de manter os filhos em período integral na escola
Sergio Aparecido Nardelli
(São Paulo, SP)

*

O editorial "Mais horas na escola" reclama providências que estão longe de serem levadas em conta pelo atual governo. Pelo que se sabe, os primeiros anos de escola fazem a diferença, e melhorar o ensino fundamental é uma das únicas certezas para conseguir melhorar a distribuição de renda, que eu considero o maior problema do Brasil.
José Dieguez (São Carlos, SP)

Bruna Surfistinha

Sinto-me no dever de contestar o conteúdo da carta de Paulo Harold Ribeiro (Painel do Leitor, 26/8). Ao dizer que nada lhe tira da cabeça que a mulher que entra na prostituição o faz pelo dinheiro fácil e tem a moral "flexível", ele ignora que a maioria delas sofreu abuso sexual na infância e adolescência, geralmente dentro de seus lares. Muitas foram pacientes minhas nos grupos terapêuticos, e suas histórias eram muito mais dramáticas que a de Bruna Surfistinha. O pior é que muitos dos que julgam a moral delas muitas vezes utilizam seus serviços.
José Elias Aiex Neto, médico psiquiatra (Foz do Iguaçu, PR)

Esquerda e direita

Lamento que a **Folha** elimine de suas páginas os comentários contrários à esquerda mas aceite e publique todas as ofensas desrespeitosas que escrevem seus colunistas contra o governo e os eleitores que votaram nele, que são a maioria.
Paulo Rogério Borges da Costa (Florianopolis, SC)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

PODER (23.AGO., PÁG. A4) Diferentemente do que afirmou o quadro que acompanhou a reportagem "Bolsonaro põe comando da PF em xeque, e silêncio de Moro incomoda cúpula", o presidente indicou Alexandre Silva Saraiva, não Carlos Henrique Oliveira Sousa, para a Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro.

COTIDIANO (25.AGO., PÁG. B5) Em parte dos exemplares, o texto "Glock vence pregão para vender 40 mil pistolas à PM de SP" informou incorretamente que a Glock é americana; na verdade, a empresa é austríaca.